

Pesquisa do Perfil da Mulher na Política



2ª EDIÇÃO

Financiador



Realização

#ELASNOPODER

Equipe	2
1. Introdução	3
2. Metodologia	4
2.1. Coleta de Dados	4
2.2. Verificação e Distribuição Geográfica das Respostas	5
2.3. Estrutura do Formulário	5
2.4. Dashboard: Tratamento dos Dados e Visualização	6
3. Justificativa	6
4. Perfil Sociodemográfico	8
5. Perfil Político	10
5.1. Perfil Geral	11
5.1.1. Intenção de Candidatura por Estado Civil e Maternidade	12
5.1.1.1. Mulheres Casadas ou em União Estável	12
5.1.1.2. Mulheres Divorciadas, Separadas ou Viúvas	12
5.1.1.3. Mulheres Solteiras	13
5.1.2. Intenção de Candidatura por Escolaridade	13
5.1.2.1. Ensino Fundamental (Completo e Incompleto)	14
5.1.2.2. Ensino Médio (Completo e Incompleto)	14
5.1.2.3. Ensino Superior e Pós-Graduação (Completo e Incompleto)	14
5.2. Por cor, raça e etnia	15
5.2.1. Quilombolas, Amarelas, Indígenas e outras	16
5.2.2. Branca	16
5.2.3. Pretas e Pardas	17
5.2.4. Intenção de Candidatura por Perfil Racial e Maternidade	18
5.2.4.1. Mulheres Negras (Pretas e Pardas)	18
5.2.4.2. Mulheres Amarelas, Indígenas, Quilombolas e Outras	18
5.2.4.3. Mulheres Brancas	19
6. Violência Política de Gênero (VPG)	20
6.1. Breve histórico sobre VPG	20
6.2. Conceito de VPG	26
6.3. Análise dos dados levantados sobre VPG	29
Referência Bibliográfica	33

Equipe

Coordenação: Rachel de Andrade Silva

Pesquisadoras:

Adriane Neves de Almeida

Camila Brandão da Silva

Zara Rego de Souza

1. Introdução

Vivemos em um período democrático marcado pelo avanço das pautas de direita e de extrema direita, que, em muitos casos, ferem os direitos das mulheres e fortalecem a ideia de que o lugar da mulher não é na política.

No regime democrático adotado no Brasil, a democracia representativa, coloca-se em discussão a qualidade dessa representação: quem são os escolhidos para ocupar os espaços de decisão e por que, em grande medida, não há um equilíbrio entre a composição da população e a população dos nossos representantes políticos.

Mesmo com avanços na legislação eleitoral específicas às candidaturas femininas, como a regra que, a partir deste ano, contabilização em dobro os votos dados a candidaturas mulheres para deputada na distribuição do Fundo Partidário e do tempo de TV dos partidos (Fonte: Agência Câmara de partidos Notícias), as mulheres não obtiveram resultados expressivos nas eleições de 2024, representando apenas 18,24% dos eleitos.

A União Interparlamentar, organização que reúne parlamentos com o objetivo de promover a cooperação e a paz, realiza mensalmente uma avaliação da igualdade de gênero entre os parlamentos e elabora um ranking sobre a presença de mulheres nesses espaços. O Brasil ocupa a 135ª posição entre 193 países, com apenas 17,3% de mulheres

Atualmente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem apenas 18% de mulheres eleitas, um índice que demonstra a baixa presença feminina em cargos de poder

Em 2019, as organizações ONG Elas no Poder e Projeto Me Farei Ouvir, elaboraram a primeira edição da pesquisa Perfil da Mulher na Política com o objetivo de compreender a relação que as mulheres possuem com a política. Na pesquisa

foram utilizados dados coletados por meio do preenchimento de formulário eletrônico divulgado amplamente pelas redes sociais.

Nesta segunda edição, os mesmos mecanismos foram utilizados e com um enfoque abrangente e exploratório, sendo que a pesquisa aborda desde dados iniciais sobre a identidade das participantes até questões profundas sobre suas experiências políticas, posicionamentos ideológicos, e percepções sobre o ambiente político atual e as pautas prioritárias.

Ao considerar a diversidade de trajetórias e visões das mulheres, a pesquisa inclui aquelas que já ocuparam cargos políticos, aspiram a se candidatar ou, de alguma forma, atuam politicamente, seja por meio de ativismo, movimentos sociais, ou pelo exercício do voto.

A coleta dessas informações visa identificar as principais barreiras e oportunidades para a participação feminina na política, além de fornecer uma base para o desenvolvimento de estratégias que incentivem uma representatividade mais equitativa.

Os resultados da pesquisa serão essenciais para criar políticas públicas e iniciativas de apoio mais eficazes, que possam impulsionar uma participação política mais ativa e representativa das mulheres brasileiras.

2. Metodologia

A pesquisa utilizou uma abordagem exploratória, voltada para coletar e analisar percepções sobre o perfil e a experiência das mulheres na política brasileira. A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário digital, desenvolvido no Google Forms, que incluiu 56 perguntas tanto quantitativas quanto qualitativas. Essas questões foram estruturadas para capturar informações sobre o perfil sociodemográfico das respondentes, suas trajetórias e visões políticas, além de abordar de forma pioneira temas como violência política de gênero.

2.1. Coleta de Dados

A coleta de informações foi realizada entre 10 de junho de 2024 e 20 de setembro de 2024, totalizando 102 dias. O formulário foi amplamente divulgado através das redes sociais da ONG Elas No Poder, bem como compartilhadas com organizações parceiras, promovendo o alcance e a visibilidade da pesquisa. O

esforço de divulgação também contou com o envio de e-mails direcionados a universidades, grupos de estudos, coletivos, grupos políticos e, de maneira orgânica, pela rede de contatos das próprias mulheres respondentes, o que ampliou ainda mais a diversidade do público alcançado.

Para garantir a privacidade e o anonimato das respondentes, nenhuma informação pessoal, como endereço de e-mail, endereço ou número de telefone, foi coletada. Adicionalmente, a seção de consentimento foi inserida no formulário em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), explicitando o uso dos dados de forma ética e transparente.

2.2. Verificação e Distribuição Geográfica das Respostas

Foram recebidas 783 respostas, revisadas manualmente por integrantes da ONG Elas No Poder para garantir a veracidade e consistência dos dados. A distribuição das respondentes conforme a região de residência é apresentada a seguir:

Região	%
Norte	5,4%
Nordeste	19,9%
Sul	15,7%
Sudeste	42,4%
Centro-Oeste	15,1%
Mora fora do Brasil	1,5%

Essa distribuição geográfica reforça a abrangência da pesquisa e seu caráter exploratório, que alcançou mulheres de diferentes contextos e regiões, fornecendo uma visão diversa e inclusiva da experiência feminina na política brasileira.

2.3. Estrutura do Formulário

O formulário foi composto por 56 perguntas, abordando temas fundamentais para a compreensão da presença e dos desafios das mulheres na política brasileira. Essas perguntas foram divididas em três categorias principais:

- Perfil Sociodemográfico: Incluiu perguntas sobre idade, escolaridade, ocupação, e outras variáveis para caracterizar o perfil das respondentes.
- Perfil Político: Focou nas experiências políticas das respondentes, abordando aspectos como participação em partidos políticos, posicionamento ideológico e engajamento em iniciativas sociais e políticas.
- Violência Política de Gênero: Esta seção inédita investigou se as mulheres já haviam enfrentado alguma forma de violência política em razão de seu gênero durante sua candidatura, campanha e/ou mandato , além de explorar percepções e relatos sobre discriminação e obstáculos enfrentados nesse contexto.

As perguntas foram projetadas para refletir a diversidade de experiências das mulheres, independentemente de já terem ocupado cargos políticos, serem candidatas ou atuarem em outros âmbitos de participação cívica.

2.4. Dashboard: Tratamento dos Dados e Visualização

Os dados coletados foram tratados e organizados em um dashboard interativo, dividido em três seções principais: Perfil Sociodemográfico, Perfil Político, e Violência Política de Gênero. Este dashboard permite segmentação detalhada por meio de filtros, possibilitando a análise das respostas com segmentações específicas por cor/raça e por região/estado.

A construção do dashboard visa fornecer uma ferramenta prática para análise, permitindo que as informações sobre o perfil das mulheres e suas experiências na política sejam visualizadas de forma prática e acessível, além de analisadas sob diferentes perspectivas, enriquecendo as possibilidades de interpretação dos dados.

Link para o Dashboard: <https://bit.ly/ENPPesquisaPerfil2024>

3. Justificativa

A "Pesquisa Perfil da Mulher na Política 2024 - Elas No Poder" foi desenvolvida com o objetivo de mapear e compreender, ainda que de forma inicial, as percepções, desafios e aspirações das mulheres na política brasileira. Embora tenha um caráter exploratório, essa iniciativa fornece dados importantes sobre a experiência e as visões das mulheres nesse contexto, oferecendo um ponto de partida para estudos futuros que possam aprofundar e expandir esse entendimento.

É importante ressaltar que, como pesquisa exploratória, há limitações inerentes ao método, como a impossibilidade de generalizar os resultados para toda a população brasileira. **No entanto, a pesquisa representa um avanço significativo ao lançar luz sobre temas pouco explorados, como a violência política de gênero, e ao captar uma diversidade de experiências femininas na política brasileira. Mesmo com essas limitações, a coleta de dados anônima, a diversidade geográfica das respostas e a adesão a critérios éticos, como o cumprimento da LGPD, conferem credibilidade e relevância aos resultados.**

Além disso, esta pesquisa desempenha um papel fundamental ao criar um registro inicial sobre a presença e os desafios enfrentados pelas mulheres na política, contribuindo para o fortalecimento da representação feminina. Os dados aqui levantados documentam a realidade atual, além de abrir portas para futuras investigações e reflexões mais detalhadas e, futuramente, comparativas sobre o tema. A partir desse levantamento inicial, outras pesquisas poderão ser derivadas, possibilitando a continuidade do estudo em diferentes contextos, com amostras mais amplas e metodologias de coletas de dados mais robustas, incrementando e aperfeiçoando o conhecimento sobre a atuação política das mulheres no Brasil.

Assim, esta iniciativa se justifica para além da relevância dos dados coletados, mas pela possibilidade de que eles sirvam de base para debates, políticas públicas e novas pesquisas. Em última análise, o estudo reforça a importância de promover e documentar a participação feminina na política, colaborando para a construção de um campo de pesquisa mais inclusivo e representativo.

4. Perfil Sociodemográfico

Diante do cenário que observamos da sociedade brasileira no qual mulheres são maioria dos eleitores, mas não possuem nem um terço da representação dentro do Congresso Nacional a equipe da ONG Elas no Poder realizou em 2024 a segunda edição da pesquisa sobre o Perfil da Mulher na Política, com o intuito de analisar a relação das mulheres com a política.

Neste tópico iremos analisar o perfil sociodemográfico das mulheres, elencamos oito categorias que são: cor/raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, região, renda, maternidade, estado civil e escolaridade para, inicialmente, traçarmos o perfil das respondentes, e em um segundo momento, abordar as questões relativas ao perfil político.

Ao todo tivemos 783 respostas ao questionário, entendendo que esta é uma pesquisa exploratória com a observação de que não pretendemos generalizar respostas, mas sim, colaborar com as discussões a respeito da percepção das mulheres na política brasileira.

Com relação à distribuição por Região, tivemos um número maior de resposta do Sudeste e Nordeste, com um retorno de 42,4% e aproximadamente 20%, respectivamente. As Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte representam 15,7%, 15,07% e 5,36%, respectivamente. Ainda houve registro de 1,5% de respondentes que moram fora do país.

No quadro geral referente a cor/raça/etnia predominante foram de brancas num total de 54,2% das respondentes, seguido de pardas com 22,7%, pretas 19,2%, ou seja, 41,9% de mulheres negras respondentes. Em comparação com a primeira edição nessa categoria, apesar de mulheres brancas serem maioria das participantes, tivemos um avanço de respondentes negras, pois, na primeira edição tivemos um total de 33,3% mulheres negras participantes.

Tendo em vista a necessidade de abordar as questões de gênero para além da cisgenderidade compulsória, tivemos a categoria “identidade de gênero”, essa categoria nos força a reconhecer a pluralidade das identidades que permeiam o ser

mulher e a construção social no entorno de cada pessoa. A pesquisa identificou que 99% das respondentes indicaram serem mulheres cis e 1% de mulheres trans. Não há variação com relação a primeira edição.

Em relação a categoria orientação sexual, nós tivemos uma diminuição das respondentes que se identificam como heterossexuais, em 2019 foram 76% de respostas e em 2024 nós tivemos um percentual em torno dos 69,6%, em segundo lugar temos 16,6% respondentes se identificando como bissexuais o que mantem o percentual de 2019, lésbica 5,1%, e foram acrescentadas novas categorias pansexual 4%, demissexual 2,8% e assexual 0,8%.

Quanto ao estado civil 42% são solteiras, 45,2% são casadas/ vivem em união estável. Em comparação com os dados da primeira edição, houve aumento da participação de mulheres casadas/união estável, já que na edição esse grupo representou 36,9% das participantes.

Uma questão importante para as mulheres escolherem ou não estarem na política é a relação delas com a maternidade por existir no imaginário social de que o papel da mulher é cuidar da casa e dos filhos, muitas por vezes sentem-se oprimidas a ocuparem o espaço público por medo de serem julgadas como “péssimas mães”, mesmo que estejamos vivendo em um período que as mulheres conquistaram o direito à igualdade de condições com os homens há barreiras sociais que ainda parecem intransponíveis na política para muitas por esse motivo nos interessa saber quantas mulheres são mães. Aquelas que responderam serem mães correspondem a 47% do total de respondentes, seguidas pelas que não são e não pretendem ter filhos com 30% e às que ainda não são, mas pretendem ser 23%. Em relação à primeira edição, o perfil se manteve majoritariamente com mães.

Ao analisarmos o grau de escolaridade das respondentes foi possível perceber que as mulheres têm alta qualificação com 49,4% possuindo pós-graduação completa, em segundo lugar ensino superior completo 20,7%, ensino superior incompleto 11,5%, pós-graduação incompleta 10,3%.

A última categoria a ser analisada será a renda na primeira edição tivemos mais respondentes entre R\$1.412,00 a R\$ 3.000,00 representando um percentual de 31,6%, contudo nesta edição as mulheres representam com renda entre R\$3.001,00 a R\$6.000,00 são 30% das respondentes seguidas das entre R\$6.001,00 a R\$10.000,00 20% e em terceiro lugar as que possuem renda entre R\$1.412,00 a R\$3.000,00 um total de 20%. Nessa categoria observamos um distanciamento das respondentes da edição anterior em que entre os três primeiros lugares as que possuíam renda inferior a R\$1.000,00 representavam 15,7%, nessa edição, 8%.

5. Perfil Político

A participação feminina na política tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por um crescente desejo de equidade e bem-estar coletivo. As mulheres vêm construindo uma participação cada vez mais ativa, enriquecendo o debate político e contribuindo para uma democracia mais representativa. A pesquisa "Perfil da Mulher na Política" busca compreender como as mulheres se posicionam politicamente e quais são suas expectativas em relação à participação eleitoral.

O perfil geral das entrevistadas indica uma predominância de mulheres com ideologia de esquerda, que ainda não se candidataram a cargos eletivos e não estão filiadas a partidos políticos. No entanto, a pesquisa revela um forte desejo por maior representatividade feminina na política, com 98% das entrevistadas concordando com a necessidade de mais mulheres nos espaços de poder.

As pautas prioritárias identificadas na pesquisa refletem as principais preocupações das mulheres. A educação, com 12,9% das citações, emerge como uma questão central, seguida pelas políticas públicas para mulheres (12,9%) e pelas políticas sociais e direitos humanos (11,7%). Esses dados indicam um forte compromisso das mulheres com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa também revela um amplo apoio às medidas de promoção da igualdade de gênero na política, como a reserva de fundo partidário e a reserva de 30% das vagas de candidatas. Esses resultados demonstram que as mulheres estão dispostas a se engajar ativamente na política e que as políticas afirmativas são ferramentas importantes para superar as barreiras existentes e aumentar a representatividade feminina.

5.1. Perfil Geral

Posicionamento Político

Moderadamente à esquerda - 37%

Centro-esquerda - 21%

Extremamente à esquerda - 18%

Centro - 7%

Você já foi candidata a algum cargo político?

Nunca fui candidata - 85%

Sim, mas não me elegi - 11%

Sim, mas me elegi - 4%

Pretende se candidatar no futuro?

Não - 53%

Sim - 26%

Talvez - 21%

Atualmente, você é filiada a algum partido político?

Sim - 39%

Não - 61%

Alguém da sua família já foi eleito para um cargo político?

Não, nenhum membro da minha família foi eleito para um cargo político - 80%

Sim, um membro da minha família foi eleito para um cargo político - 15%

Se eleita hoje: quais seriam suas prioridades?

Educação - 12,9%

Políticas públicas para mulheres - 12,9%

Políticas sociais e direitos humanos - 11,7%

Saúde - 9,7%

Meio ambiente - 8,4%

Você acredita que são necessárias mais mulheres na política?

Sim - 98,34%

Talvez - 1,53%

Você é a favor da reserva de 5% do fundo partidário para incentivos do partido à promoção de candidaturas femininas?

Sim - 89,27%

Não - 6,00%

Você é a favor da Lei de Cotas que reserva no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada gênero?

Sim - 84,16%

Não - 8,43%

Você é a favor da reserva de, no mínimo, 30% do fundo partidário e do fundo eleitoral para financiamento de candidaturas femininas?

Sim - 84,16%

Não 8,43%

5.1.1. Intenção de Candidatura por Estado Civil e Maternidade

Também analisamos as tendências de intenção de candidatura futura ao considerar a variável estado civil em conjunto com a perspectiva de maternidade.

5.1.1.1. Mulheres Casadas ou em União Estável

Entre as mulheres casadas ou em união estável, a intenção de candidatura varia significativamente conforme o desejo de ter filhos:

- **Para aquelas que não querem ser mães:** 62,12% não pretendem se candidatar, 16,67% afirmam que sim, e 21,21% dizem que talvez.
- **Para aquelas que pretendem ter filhos no futuro:** 60% não pretendem se candidatar, 18% afirmam que sim, e 22% dizem que talvez.
- **Para aquelas que já são mães:** 42,86% não pretendem se candidatar, 38,66% afirmam que sim, e 18,49% dizem que talvez.

De forma geral, **31,64% das mulheres casadas ou em união estável têm intenção de se candidatar**, enquanto **19,49% estão em dúvida**.

5.1.1.2. Mulheres Divorciadas, Separadas ou Viúvas

Para mulheres divorciadas, separadas ou viúvas, as respostas refletem uma dinâmica distinta:

- **Para aquelas que não querem ser mães:** 60% não pretendem se candidatar, 33,33% afirmam que sim, e 6,67% dizem que talvez.

- **Para aquelas que pretendem ter filhos no futuro:** 50% não pretendem se candidatar, 50% afirmam que sim.
- **Para aquelas que já são mães:** 55,84% não pretendem se candidatar, 28,57% afirmam que sim, e 15,58% dizem que talvez.

No total, **31% das mulheres divorciadas, separadas ou viúvas pretendem se candidatar**, enquanto **13% estão em dúvida**.

5.1.1.3. Mulheres Solteiras

Entre as mulheres solteiras, a intenção de candidatura também varia conforme a maternidade:

- **Para aquelas que não querem ser mães:** 69,8% não pretendem se candidatar, 11,41% afirmam que sim, e 18,79% dizem que talvez.
- **Para aquelas que pretendem ter filhos no futuro:** 49,19% não pretendem se candidatar, 16,13% afirmam que sim, e 34,68% dizem que talvez.
- **Para aquelas que já são mães:** 38,46% não pretendem se candidatar, 42,31% afirmam que sim, e 19,23% dizem que talvez.

De forma geral, **18,15% das mulheres solteiras têm intenção de se candidatar**, enquanto **24,92% estão em dúvida**.

Os dados mostram que o **estado civil pode influenciar a intenção de candidatura**. Mulheres casadas ou em união estável e mulheres divorciadas, separadas ou viúvas apresentam maior intenção de se candidatar em comparação com mulheres solteiras. A maternidade também desempenha um papel importante: mulheres que já são mães tendem a demonstrar maior inclinação à candidatura, independentemente do estado civil.

5.1.2. Intenção de Candidatura por Escolaridade

Por fim, analisamos diferentes tendências de intenção de candidatura futura ao considerar a variável escolaridade. As categorias foram agrupadas em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior e Pós-Graduação (completo e incompleto).

5.1.2.1. Ensino Fundamental (Completo e Incompleto)

Entre as mulheres com escolaridade até o ensino fundamental, a intenção de candidatura é alta:

- **Não pretendem se candidatar:** 11,11%
- **Pretendem se candidatar:** 88,89%
- **Talvez se candidatem:** 0%

Esse resultado demonstra que, nessa faixa de escolaridade, há uma elevada motivação para seguir a carreira política.

5.1.2.2. Ensino Médio (Completo e Incompleto)

Entre as mulheres com escolaridade até o ensino médio, a intenção de candidatura apresenta resultados intermediários:

- **Não pretendem se candidatar:** 40,74%
- **Pretendem se candidatar:** 29,63%
- **Talvez se candidatem:** 29,63%

No total, **29,63% das mulheres com ensino médio completo ou incompleto pretendem se candidatar**, enquanto **29,63% estão em dúvida**. Esse grupo mostra um interesse moderado em relação à candidatura futura.

5.1.2.3. Ensino Superior e Pós-Graduação (Completo e Incompleto)

Entre as mulheres com ensino superior ou pós-graduação, a intenção de candidatura é significativamente menor:

- **Não pretendem se candidatar:** 54,61%
- **Pretendem se candidatar:** 24,86%
- **Talvez se candidatem:** 20,53%

Esses dados mostram que mais da metade (54,61%) das mulheres com ensino superior ou pós-graduação não têm intenção de se candidatar, enquanto 24,86% demonstram interesse e 20,53% estão em dúvida. **A menor intenção de candidatura nessa faixa pode ser explicada pela estabilidade profissional e pelos custos envolvidos em conciliar a carreira com a vida política.**

Os dados sugerem que a escolaridade também pode influenciar a intenção de candidatura. Mulheres com ensino fundamental apresentam maior motivação para se candidatar, enquanto aquelas com ensino médio demonstram interesse intermediário. Já as mulheres com ensino superior ou pós-graduação são as menos propensas a considerar uma candidatura.

5.2. Por cor, raça e etnia

Quando entramos na análise considerando raça como categoria central, percebemos alguns pontos importantes a mencionar no perfil político.

Enquanto a maioria das mulheres responderam não terem sido candidatas, com uma média de 85% para a opção, mulheres indígenas responderam na ordem de 88% e todas as mulheres amarelas participante informaram nunca terem se candidatado, o que é um indicativo do fator raça enquanto amplificação de impeditivo ao acesso dos espaços da política institucional. Ao mesmo tempo, 20% das mulheres quilombolas, 13% das mulheres indígenas e 48% das mulheres negras participantes responderam que não pretendem se candidatar, já mulheres brancas, responderam negativamente na ordem de 58%. O que é um indicativo de como o processo de racialização opera na adesão à participação na política institucional, orientado também pela possibilidade de um maior anseio de mudanças ante uma realidade atravessada justamente por esse processo de racialização.

Quando perguntadas se são filiadas a algum partido político, mulheres quilombolas, indígenas e negras, apresentam o maior retorno positivo à pergunta, com 60%, 63% e 45%, respectivamente. Ao mesmo tempo, mulheres negras correspondem ao maior grupo que respondeu negativamente quando perguntada se algum membro da família já foi eleito a um cargo político, com 85% de respostas negativas. Indicativo de que capital político não é uma realidade para essas mulheres.

Quando questionadas sobre prioridade caso fossem eleitas, mulheres negras e quilombolas optaram por políticas para mulheres em primeiro lugar. Mulheres indígenas, meio ambiente. Já as mulheres brancas, responderam políticas para educação. É uma possibilidade que a raça, que é uma estrutura fundante da

desigualdade no país, opera orientando com quais temáticas as participantes compreendem que melhor dialogam com suas vivências.

5.2.1. Quilombolas, Amarelas, Indígenas e outras

Posicionamento Político

Extremamente à esquerda - 39%
Moderadamente à esquerda - 16%
Centro-esquerda - 13%
Centro - 10%

Você já foi candidata a algum cargo político?

Nunca fui candidata - 90%
Sim, mas não me elegi - 3%
Sim, mas me elegi - 6%

Pretende se candidatar no futuro?

Não - 45%
Sim - 26%
Talvez - 29%

Atualmente, você é filiada a algum partido político?

Sim - 35%
Não - 65%

Alguém da sua família já foi eleito para um cargo político?

Não, nenhum membro da minha família foi eleito para um cargo político - 61%
Sim, um membro da minha família foi eleito para um cargo político - 35%

Se eleita hoje: quais seriam suas prioridades?

Políticas públicas para mulheres - 13,3%
Políticas sociais e direitos humanos - 12,2%
Educação - 11,2%
Meio ambiente - 9,2%
Saúde - 8,2%

5.2.2. Branca

Posicionamento Político

Moderadamente à esquerda - 39%
Centro-esquerda - 24%
Extremamente à esquerda - 14%
Centro - 8%

Você já foi candidata a algum cargo político?

Nunca fui candidata - 86%
Sim, mas não me elegi - 8%
Sim, mas me elegi - 5%

Pretende se candidatar no futuro?

Não - 58%
Sim - 22%
Talvez - 20%

Atualmente, você é filiada a algum partido político?

Sim - 35%
Não - 65%

Alguém da sua família já foi eleito para um cargo político?

Não, nenhum membro da minha família foi eleito para um cargo político - 77%
Sim, um membro da minha família foi eleito para um cargo político - 16%
Sim, membros da minha família foram eleitos para um cargo político - 4%

Se eleita hoje: quais seriam suas prioridades?

Educação - 13,3%
Políticas públicas para mulheres - 13%
Políticas sociais e direitos humanos - 12%
Saúde - 9,9%
Meio ambiente - 8,7%

5.2.3. Pretas e Pardas**Posicionamento Político**

Moderadamente à esquerda - 36%
Extremamente à esquerda - 22%
Centro-esquerda - 19%
Centro - 6%

Você já foi candidata a algum cargo político?

Nunca fui candidata - 82%
Sim, mas não me elegi - 15%
Sim, mas me elegi - 3%

Pretende se candidatar no futuro?

Não - 48%
Sim - 30%
Talvez - 22%

Atualmente, você é filiada a algum partido político?

Sim - 45%
Não - 55%

Alguém da sua família já foi eleito para um cargo político?

Não, nenhum membro da minha família foi eleito para um cargo político - 85%
Sim, um membro da minha família foi eleito para um cargo político - 13%
Sim, membros da minha família foram eleitos para um cargo político - 2%

Se eleita hoje: quais seriam suas prioridades?

Políticas públicas para mulheres - 13%

Educação - 12,5%

Políticas sociais e direitos humanos - 12%

Saúde - 6,5%

Meio ambiente - 8,1%

Segurança pública - 6,5%

5.2.4. Intenção de Candidatura por Perfil Racial e Maternidade

Os dados da pesquisa, baseados nas 783 respostas de todas as mulheres entrevistadas, revelam diferentes tendências de intenção de candidatura futura entre mulheres negras (pretas e pardas), mulheres amarelas, indígenas, quilombolas e outras, e mulheres brancas, levando em consideração suas perspectivas em relação à maternidade.

5.2.4.1. Mulheres Negras (Pretas e Pardas)

Entre as mulheres negras, a intenção de se candidatar no futuro varia significativamente conforme a maternidade:

- **Para aquelas que não querem ser mães:** 63,10% não pretendem se candidatar, 16,67% afirmam que sim, e 20,24% dizem que talvez.
- **Para aquelas que pretendem ter filhos no futuro:** 40,54% não pretendem se candidatar, 24,32% afirmam que sim, e 35,14% dizem que talvez.
- **Para aquelas que já são mães:** 43,71% não pretendem se candidatar, 40,12% afirmam que sim, e 16,17% dizem que talvez.

De forma geral, **30,46% das mulheres negras pretendem se candidatar e 21,54% estão em dúvida.** Isso indica que ser mãe pode aumentar a motivação para se candidatar, refletindo uma experiência que pode impulsionar a atuação política.

5.2.4.2. Mulheres Amarelas, Indígenas, Quilombolas e Outras

Entre essas mulheres, as respostas também variam conforme a maternidade:

- **Para aquelas que não querem ser mães:** 77,78% não pretendem se candidatar, 22,22% dizem que talvez irão se candidatar, enquanto nenhuma declarou intenção firme de se candidatar.

- **Para aquelas que pretendem ter filhos no futuro:** 40% não pretendem se candidatar, 60% afirmam que sim, e nenhuma disse que talvez.
- **Para aquelas que já são mães:** 25% não pretendem se candidatar, 41,67% afirmam que sim, e 33,33% dizem que talvez.

No total, **30,77% dessas mulheres pretendem se candidatar e 23,08% estão em dúvida**. Esses números sugerem que, entre esse grupo, o desejo de ter filhos ou já ser mãe tende a aumentar a intenção de candidatura.

5.2.4.3. Mulheres Brancas

Para as mulheres brancas, a maternidade também influencia suas respostas:

- **Para aquelas que não querem ser mães:** 68,38% não pretendem se candidatar, 13,97% afirmam que sim, e 17,65% dizem que talvez.
- **Para aquelas que pretendem ter filhos no futuro:** 61,76% não pretendem se candidatar, 11,76% afirmam que sim, e 26,47% dizem que talvez.
- **Para aquelas que já são mães:** 47,57% não pretendem se candidatar, 34,59% afirmam que sim, e 17,84% dizem que talvez.

No total, **22,46% das mulheres brancas pretendem se candidatar e 19,86% estão em dúvida**. Isso demonstra que, embora a maternidade possa aumentar a disposição para a candidatura, o índice geral de interesse ainda é menor em comparação com as mulheres negras ou indígenas.

Os dados evidenciam que a maternidade influencia a intenção de candidatura entre mulheres de diferentes grupos raciais. Mulheres negras e mulheres indígenas, quilombolas e amarelas que são mãe ou pretendem ser, têm maior inclinação a se candidatar, enquanto entre as mulheres brancas, a diferença é menos expressiva. Isso reflete como as experiências maternas podem motivar a busca por políticas públicas que apoiem outras mulheres em contextos semelhantes.

6. Violência Política de Gênero (VPG)

6.1. Breve histórico sobre VPG

Séculos de pensamentos teorizaram sobre a dicotomia entre público e privado, e a distinção entre essas duas esferas passou a ser um dos grandes debates da sociedade moderna ocidental.

Seguindo o modelo de democracia grega, à mulher foi garantida a participação no ambiente privado. Passou a ser até “natural” compreender que a mulher é do doméstico e que suas atividades deveriam ser restritas a casa e a família, de acordo com uma organização masculina e patriarcal da sociedade. Hierarquias, relações de poder, estereótipos de gênero e os padrões sociais e culturais colocaram e colocam o homem como agente da vida pública e da política.

Esse tipo de construção teve como um dos resultados a histórica baixa participação feminina na política institucional. A política e o poder são até hoje espaços hostis para mulheres, principalmente negras e trans. Através de diversos tipos de violências de gênero, a mulher é constantemente excluída dos principais espaços decisórios no Brasil, sendo a baixa representação por si só uma violação. A falta de representatividade reflete na legislação e nas políticas públicas, em um país com mais de 51% da população composta por mulheres. A democracia brasileira para existir em conformidade com a constituição de 1988 precisa trabalhar por mais mulheres na política e garantir o pleno exercício da função delas.

O Brasil é o primeiro país da América Latina a eleger uma mulher para o cargo de prefeita, em 1928 na cidade de Lages - RN¹. Mas, na época, as mulheres ainda não podiam votar, direito conquistado apenas em 1932, com muita mobilização das sufragistas brasileiras. A primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado Federal foi Laélia Alcântara, apenas em 1981². Sete anos depois, São Paulo, a maior cidade do país, elege sua primeira prefeita, Luiza Erundina. Atualmente 9% da população têm sua cidade governada por uma mulher e 3% por uma mulher negra, de acordo com o Instituto Alziras no Monitor da Violência Política de Gênero e Raça³

¹ <https://www.generonumero.media/participacao-mulheres-politica/>

² <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/11/20/consciencia-negra-vamos-relembrar-laelia-de-alcantara-1a-senadora-negra>

³ <https://www.alziras.org.br/violenciapolitica>

As conquistas políticas das mulheres no Brasil sempre foram resultado de muita luta, e aquelas que ousaram estar na vida pública, reivindicando seu espaço, expandindo sua voz, pleiteando sua liderança, defendendo direitos de outras mulheres foram e são vítimas de violências.

Só em 2010 o Brasil elege Dilma Rousseff para o cargo máximo do executivo e até hoje ela é a única mulher que foi presidente no país. Dilma sofreu uma série de ataques misóginos, como o adesivo que protestava contra o preço da gasolina e que representava simbolicamente uma violência sexual contra a presidente. Os adesivos foram retirados de venda por ser considerado crime de difamação contra a imagem da chefe do executivo nacional. Dilma também era constantemente descredibilizada, suas falas desqualificadas, uma das capas da revista Istoé a colocava como descontrolada, na manchete se lia “As explosões nervosas da presidente”.

Um dos nomes mais reconhecidos na política é a deputada Benedita da Silva, primeira governadora negra do Rio de Janeiro, tendo sido vereadora pelo mesmo município, Senadora, e vice-governadora. A Deputada sempre foi um nome de peso na igualdade racial e de gênero e fez parte do chamado “Lobby do Batom” na constituinte. O grupo de parlamentares, que era multipartidário, tinha como um dos objetivos reivindicar a inclusão de direitos das mulheres na Constituição e tornar a legislação brasileira mais incorporada à realidade das mulheres.

A Deputada Jandira Feghali solicitou licença maternidade na Câmara dos Deputados, em 1993, e teve o direito, já garantido por lei para trabalhadoras através da CLT, negado. O relatório final de sua solicitação ofereceu como opção uma licença saúde. A Parlamentar protestou e conseguiu que a licença maternidade possa ser utilizada até hoje por parlamentares na Câmara dos Deputados. Atualmente, 7 das 27 assembleias legislativas não possibilitam que parlamentares tenham licença maternidade⁴.

As Parlamentares seguem reivindicando trocadores para crianças e bebês nos banheiros do Congresso Nacional. Quando se trata de banheiro, é importante lembrar que apenas em 2016 foi construído um banheiro para as Senadoras perto do plenário, antes havia apenas banheiro masculino nas proximidades. Na Câmara,

⁴

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/02/sete-das-27-assembleias-legislativas-do-pais-nao-oferecem-licenca-maternidade-e-sugerem-ate-afastamento-por-doenca.ghtml>

foi preciso que as parlamentares protestassem para conseguir um banheiro feminino. A criação da liderança da bancada feminina no Senado só aconteceu depois da criação da bancada da minoria.

Mantemos um padrão de baixíssima representatividade feminina nos parlamentos, nos cargos do executivo, nas lideranças partidárias e nos diversos espaços de decisão e poder da política brasileira. De acordo com uma reportagem de 2017 o total de deputadas federais eleitas no país até aquele momento encheriam apenas metade do plenário da Câmara dos Deputados⁵

O ano de 2018 já começa com uma grande derrota para a luta contra a violência política de gênero e pela participação de mulheres na política. O assassinato da vereadora Marielle Franco em março foi um dos episódios mais marcantes e violentos da política brasileira, uma história já marcada por muita violência. Marielle foi a quinta mais votada em 2016 para ocupar a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pautava os direitos das mulheres, principalmente das mulheres negras, e suas existências e demandas dentro da cidade. Marielle era “cria da Maré”, mulher negra e LGBTIA+, marcou seu mandato pelo enfrentamento aos poderosos e pela defesa da população minorizada.

No mesmo ano, depois de Lula ser impedido de concorrer à presidência, Manuela D’Ávila passa a fazer parte da chapa como Vice-Presidente de Fernando Haddad. Manuela foi vereadora, deputada estadual e deputada federal e encarou em 2018 uma das eleições mais difíceis e violentas. A campanha foi cheia de desinformação, inverdades e ataques baixos. A Deputada fez uma série de denúncias dos ataques misóginos que recebia dos opositores com desqualificações, hostilizações e ameaças de violência física, até a filha de Manuela, uma criança na época, sofreu ameaças. Nas eleições municipais de 2020, candidata à prefeitura de Porto Alegre Manuela voltou a passar por ataques durante a campanha. Esses episódios foram um dos fatores decisivos para que ela deixasse de lado a carreira na política institucional.

A Deputada Estadual Isa Penna é outra mulher que não desempenha mais funções na política institucional depois de um episódio de violência. Em dezembro

⁵

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/reunidas-todas-as-deputadas-federais-da-historia-do-pais-ocuparam- apenas-meio-plenario/>

de 2020 Isa Penna foi tocada pelo Deputado Fernando Cury, em uma sessão dentro do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo, na frente de todos os outros parlamentares. As imagens da Casa mostraram o exato momento em que ela sofreu o assédio. Diante de toda a repercussão e da mobilização feita na época, o partido Cidadania expulsou o parlamentar e o Conselho de Ética da ALESP suspendeu o mandato de Cury por 180 dias. O parlamentar foi condenado por importunação sexual, vai pagar a pena em liberdade através de uma multa de 20 salários mínimos.⁶

Até a promulgação da Lei nº 14.192, de 4 de 2021, o Brasil constava no grupo de países da América Latina que não tinham normas para prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher. A nova legislação gerou modificações na Lei Geral dos Partidos Políticos, na Lei Geral das Eleições, no Código Eleitoral e no Código Penal. A Lei passou a considerar crime eleitoral “assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar” candidatas ou detentoras de mandato eletivo com discriminação ou menosprezo “à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia” para impedir ou dificultar campanha eleitoral ou desempenho do mandato. A Lei também passa a obrigar que os partidos políticos coloquem em seus estatutos mecanismos de prevenção e combate à violência política de gênero. Importante trazer aqui levantamento realizado pelo Time de Pesquisa da ENP em 2024, onde foi observado que dos **29 estatutos avaliados, 15 não continham nenhum dispositivo de combate à violência política contra mulher**, o que representa mais da metade dos partidos. **Dentre os 14 restantes, 10 apresentam dispositivos claros de combate à violência política, enquanto os outros 4 apresentam apenas em suas cláusulas de direitos e/ou deveres de uma forma mais ampla**, combatendo as diferentes formas de preconceito e discriminação.

O Monitor de Violência Política de Gênero e Raça 2021/23 elaborado pelo Instituto Alziras apurou que foram 6 representações de violência política de gênero protocoladas por mês, em média, entre os anos de 2021 e 2023; 7% das representações foram convertidas em denúncias criminais pelo Ministério Público. Todas as representações de violência política de gênero convertidas em denúncias

⁶

<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/06/04/tj-sp-mantem-condenacao-de-fernando-cury-por-importunacao-sexual-contra-ex-deputada-isa-penna-diz-defesa.ghtml>

criminais pelo Ministério Público e ajuizadas como ação penal eleitoral até janeiro de 2024, referem-se a mulheres com mandatos. Ainda de acordo com o relatório, 66% das atuais prefeitas relataram ter sido vítimas de ataques, ofensas e discurso de ódio nas redes sociais durante a campanha de 2020. Metade dos episódios de violência política de gênero nas ações penais eleitorais ajuizadas até janeiro de 2024, ocorreram em ambiente parlamentar.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro condenou o deputado estadual Rodrigo Amorim por ofensas, constrangimentos e humilhações contra a vereadora de Niterói Benny Briolly, feitas no plenário da Assembleia Legislativa do Rio. A vereadora trans, primeira a ocupar um mandato no estado, e negra, foi referenciada como “boi zebu” e “aberração da natureza” pelo deputado. A pena foi convertida em prestação de serviços para ajudar pessoas em situação de rua e multa de 70 salários mínimos⁷. Benny Briolly é alvo de constantes ameaças de morte.

Em junho de 2024 o TSE decidiu manter a prisão preventiva do ex-deputado federal Wladimir da Costa denunciado por violência política de gênero contra a deputada federal pelo Pará, Renilce Nicodemos (MDB), Costa ofendeu de maneira reiterada a deputada nas redes sociais⁸.

A eleição de 2024, até o primeiro turno, apresentou 100 registros de atentados contra políticos, um aumento de 614% quando comparado ao pleito de 2022 (14 registros), conforme pesquisa realizada pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global. Uma das candidatas que foi vítima de um atentado foi a vereadora, mulher negra e candidata à reeleição no Rio de Janeiro, Tainá de Paula (PT). O carro blindado em que a vereadora estava foi alvo de dois tiros de pistola, os tiros foram em direção a sua porta⁹. A Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL), também mulher negra, vítima de diversas ameaças nos últimos anos, faz uso de carro blindado, assim como a vereadora. Em maio de 2024 Tainá de Paula, sua filha e sua esposa foram surpreendidas por dois homens armados em uma moto, ninguém ficou ferido. Os dois casos envolvendo a vereadora não são tratados como violência política pela polícia do Rio de Janeiro.

7

<https://www.global.org.br/blog/caso-de-ofensa-a-vereadora-benny-briolly-resulta-na-primeira-condenacao-por-violencia-politica-de-genero-no-brasil/>

⁸ <https://www.poder360.com.br/brasil/pf-prende-ex-deputado-por-crimes-eleitorais-e-ofensas-a-colega/>

⁹ <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/candidata-a-vereadora-taina-de-paula-sofre-ataque-a-tiros-no-rio/>

Ainda de acordo com as atualizações da 3ª edição da pesquisa “Violência Política e Eleitoral no Brasil” realizada pela Terra de Direitos e Justiça Global, foram 128 ocorrências de violência contra mulher (cis e trans), 35% do total. O maior número de casos contra mulheres é de ameaça, com 56 registros. Também foram identificados ao menos 7 casos de vazamento de vídeos íntimos ou de montagens de nudez com imagens das candidatas¹⁰.

A pesquisa mostrou que mulheres cisgênero, transexuais e travestis são duas vezes mais vítimas de ofensas, de ameaças e de agressões quando comparado a homens cisgênero. As mulheres trans foram alvo de 3,5% dos casos de violência política eleitoral, entre setembro de 2020 e julho de 2022, sendo que representam apenas 0,04% dos cargos eletivos em 2020. Ainda de acordo com as organizações Terra de Direitos e Justiça Global, 47% dos casos de violência política eleitoral aconteceram com pessoas autodeclaradas pretas e/ou pardas.

Hoje existem algumas ações das instituições do Estado brasileiro que visam coibir e eliminar a violência política de gênero no país. A Defensoria Pública da União lançou o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero. A DPU vai atuar na capacitação de defensores sobre o assunto, e para que as mulheres possam notificar, de maneira sigilosa, os casos de violência, foi criado um formulário pela defensoria. A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher do Congresso Nacional realizou audiência pública meses antes da eleição municipal de 2024. Foi assinado, na Câmara dos Deputados, em 2024, um protocolo que estabelece diretrizes para o enfrentamento da violência política contra a mulher, firmado pelo Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero, pela Procuradoria Geral Eleitoral e pelo Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.

O debate sobre o assunto também tem tido mais espaço na mídia, nas redes sociais e na literatura acadêmica. Mas, infelizmente, as notícias de violência política de gênero são várias e não cessam. Foi uma tarefa difícil colocar aqui os casos, muitos deles ficaram de fora, seria preciso muito texto para cobrir tudo. Enquanto esse relatório era produzido, fomos informados sobre o assassinato da cantora

¹⁰ <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/brasil-registra-sete-casos-de-violencia-politica-por-dia-no-1-turno/24071>

SantRosa, mulher trans e vereadora suplente (PSDB) da Câmara Municipal de Sinop (MT)¹¹.

6.2. Conceito de VPG

Os primeiros debates teóricos sobre violência política de gênero são feitos pela literatura latino-americana, talvez seja um reflexo de uma lógica patriarcal, branca, colonial e masculina que suscitou maiores preocupações e que exigiu do Estado maior ação. A violência política de gênero foi assim nomeada pela primeira vez em 2000, na Bolívia, com um grupo de parlamentares que convocou uma reunião para debater o assunto na Câmara de Deputados da Bolívia. Hoje, 16 países latino-americanos já aprovaram legislação para tipificar e penalizar esse tipo de violência (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela).

Na Declaração sobre Violência e Assédio Políticos Contra Mulheres de 2015, da sexta Conferência dos Estados Partes da Convenção Interamericana de Belém do Pará, a violência política contra a mulher é definida como “qualquer ação, conduta ou omissão, entre outras, com base no seu gênero, individualmente ou em grupo, que tenha por objetivo ou como resultado diminuir, anular, prevenir, obstruir ou restringir seus direitos políticos, violando o direito das mulheres a uma vida livre de violência e o direito de participar nos assuntos políticos e públicos em igualdade de condições com os homens”

Mas, vale destacar que a violência política de gênero é uma constante no mundo todo. Um estudo realizado pela União Interparlamentar com mulheres do legislativo de 39 países indicou que 44,4% sofreram ameaças de morte, estupro, agressão física ou sequestro; 25,5% foram alvo de agressões físicas dentro do parlamento e 21,2% foram vítimas de assédio sexual.

A Cartilha sobre violência política de gênero de 2021, elaborada pelo Observatório de violência política contra a mulher destaca, além dos danos materiais para a vítima, o sofrimento que determinadas ações podem gerar com objetivo de restringir o exercício dos direitos políticos de mulheres, simplesmente

¹¹

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/11/11/suplente-de-vereadora-cantora-trans-e-assassinada-de-forma-cruel-no-mato-grosso.htm>

por ser mulher. Tais atos acabam desestimulando e desencorajando a continuação da carreira política de muitas mulheres e são fatores para afastá-las do exercício dos direitos políticos das mulheres.

Uma das bases para construir a legislação sobre violência política de gênero é a legislação sobre violência de gênero, principalmente a Lei Maria da Penha, assim são resgatados os conceitos de violência física, sexual, moral, psicológica ou econômica às mulheres. As violações podem ocorrer nos espaços públicos, nos espaços privados e no ambiente virtual, os atos podem ser individuais ou em grupo, de forma mais organizada ou difusa, com intuito de atingir mulheres na política “por conta de serem mulheres e por seu gênero como indivíduo, por pertencerem a instituições, grupos, movimentos ou populações determinadas”¹²

Para facilitar a compreensão do que seria violência política de gênero, visto que ainda gera dúvidas, inclusive dentre as mulheres que são vítimas, trazemos uma lista de exemplos:

- candidatura usada como “laranja”;
- destruição de material de campanha;
- violências físicas e/ou simbólicas em campanha;
- impedir ou dificultar acesso a recursos (materiais ou de assessoria jurídica/contábil);
- divulgação de informações falsas e fake news;
- divulgação de imagens humilhantes e/ou com conotação sexual ou ainda montagens com fotos/vídeos;
- proferir ou promover discursos de ódio, calúnia, difamação e injúria;
- ameaças e uso de violência física e/ou sexual;
- ameaças de morte;
- incitação de violência;
- ataques coordenados, clonagens, bloqueios de contas, invasões de reuniões online e/ou perfis, exposição de dados pessoais
- restrição ao voto livre e secreto das mulheres;
- discriminação da mulher no seu exercício político por estar em estado de gravidez, parto, puerpério ou licença maternidade;

¹² Cartilha Violência Política contra as mulheres em perspectiva interseccional

- ataques, ameaças e incitação a violência contra mulheres defensoras dos direitos humanos por razão de gênero;
- atentados que causem ou possam causar a morte de mulheres em razão de sua participação ou atividade política;
- obstrução ou impedimento ao acesso das mulheres à justiça para proteger os seus direitos políticos;
- restrição ao uso da palavra pelas mulheres no exercício de seus direitos políticos,
- insinuações, “cantadas” ou convites indesejáveis, ou atos e falas de natureza sexual.

Qualquer pessoa, grupo, comunidade ou organização pode ser autor das violações, algumas pesquisas, porém, indicam que mais de 90% dos casos notificados são realizados por homens. “Enquanto uma forma de controle e disciplinamento do acesso e permanência das mulheres no campo político parlamentar (das mulheres negras e indígenas e, enfim, de todas as formas de pertencimento social que trazem marcas que não são masculinas, brancas e cis-heteronormativa), toda mulher que foi, é ou já se candidatou na política tem alguma história dessas formas de violência para contar” (Marlise Matos, 2021)¹³

As pesquisas mais recentes estão trabalhando cada vez mais com o conceito de violência política de gênero de modo interseccional, somando violações de outras naturezas que convergem e também dificultam a atividade política das mulheres no Brasil. Além de estereótipos e estigmas de gênero, há o preconceito racial, étnico, de orientação sexual, de identidade de gênero, de pertencimento ideológico, de pertencimento político, de pertencimento a movimentos sociais, ativismo, religião e de pertencimento a uma região. Importante ressaltar que esses debates são mais recentes dentro da literatura e não são contemplados em sua totalidade na legislação, a Lei 14.192 menciona os aspectos de etnia e raça apenas.

Existem dois conceitos que são comumente citados, além do citado exaustivamente anteriormente, utiliza-se “Violência Política Contra a Mulher” (VPCM). Alguns textos consideram que “Violência Política de Gênero” (VPG) pode ser entendida como um guarda chuva para os demais, levando em consideração,

¹³ Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil. Coletânea organizada por Manuela d’Ávila

inclusive, o aspecto da interseccionalidade. VPCM seria utilizado nos casos de violência cometidos durante o processo eleitoral - também pode ser usado Violência Política Eleitoral Contra as Mulheres (VPECM) - e também para reforçar que a mulher é o alvo da ação violenta. Debates teóricos e nomenclaturas à parte, os ataques são tão latentes e os noticiários tão impressionantes que usar qualquer uma das terminologias já transmite clareza.

6.3. Análise dos dados levantados sobre VPG

Sobre o assunto de violência política de gênero, a pesquisa coletou respostas no formulário de 119 mulheres que já foram candidatas em eleições (eleitas ou não). Através de perguntas de múltipla escolha, foram abordadas questões relacionadas às ações de violência sofridas durante a candidatura, a campanha e o mandato, considerando as diversas formas que a violência de gênero pode assumir. Com caráter exploratório, esta edição marca a primeira vez que a organização Elas no Poder trata desse tema em seu relatório.

Das 119 mulheres entrevistadas, 58 se identificaram como brancas, 58 como negras (pardas e pretas) e 3 como quilombolas ou indígenas. **Em termos de distribuição regional**, no Sudeste, onde houve o maior número de respondentes, participaram 45 mulheres, das quais 23 são brancas, 12 são pardas e 11 são pretas. Na região Sul, participaram 31 mulheres, sendo 23 brancas, 2 pardas e 6 pretas. No Nordeste, participaram 28 mulheres, sendo 8 brancas, 8 pardas, 11 pretas e 1 quilombola. Na região Centro-Oeste, participaram 10 mulheres, das quais 3 são brancas, 2 são pardas, 4 são pretas e 1 é quilombola. A região Norte contou com 5 participantes, sendo 2 brancas, 2 pardas e 1 indígena. A maior concentração de resposta se deu respectivamente nas regiões do Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Não recebemos respostas de mulheres amarelas que já foram candidatas em eleições para a análise dos dados de VPG.

A pesquisa também se debruçou sobre os recursos, financeiros ou não, que os partidos disponibilizaram para determinadas candidaturas e os valores disponibilizados para essas mulheres.

O artigo nº17 da Constituição Federal estabelece que os partidos precisam garantir no mínimo 30% dos recursos financeiros do Fundo Eleitoral e do Fundo

Partidário proporcional ao número de candidatas. Mesmo com uma legislação vigente, a maior porcentagem das mulheres candidatas que responderam o formulário não receberam recurso financeiro do partido (26%); 6% recebeu menos de R\$1.000,00; 7% preferiu não responder e 18% receberam entre R\$1.001,00 e R\$5.000,00.

Na pesquisa elaborada pela Elas no Poder, 60,5% das mulheres relataram que não houve uma promessa de valor para a campanha e **todas as mulheres indígenas e quilombolas que responderam o formulário não tiveram promessa específica de valor**. Das candidatas que receberam algum valor, 10,9% receberam o valor prometido; 18,5% receberam menos que o prometido e apenas 0,8% receberam mais do que o prometido. Fazendo um recorte interseccional nos dados coletados, **é possível notar que nenhuma das mulheres quilombolas, indígenas, pretas e pardas recebeu a mais do que o prometido**, número ainda menor que o já desprezível número para mulheres brancas (1,7%). Apenas **17,2% das mulheres brancas receberam o valor igual ao prometido e 5,2% das mulheres pardas e pretas**.

Durante a última campanha das mulheres candidatas, 17% tiveram assessoria jurídica disponibilizada pelo partido e 16% assessoria em contabilidade. O Auxílio em formação política oferecido pelos partidos foi relatado por 9% das candidatas e em estratégia de campanha por 5%, mesmo número de candidatas que receberam serviços de marketing e publicidade dos partidos. A maior porcentagem de itens recebidos do partido na última campanha é de 22% para materiais de campanha impressos. **Nenhuma das mulheres quilombolas e indígenas que responderam o formulário receberam auxílio na formação política e na estratégia de campanha**.

Nas campanhas políticas, as situações mais enfrentadas pelas mulheres são: desqualificação profissional (12%) e interrupções e descrédito em discurso (11%), durante os mandatos esta é a situação que as mulheres mais passam (15%) e a desqualificação profissional é relatada por 16% das mulheres nas suas candidaturas. **De maneira geral, considerando o todo do conjunto de mulheres, há pouca diferença percentual entre os tipos de violência política de gênero listados comparando os três períodos**.

A pesquisa questionou as candidatas sobre diversos tipos de violência que elas enfrentaram na prática durante o mandato, no item exclusão de cargos de

liderança e relevância, mulheres brancas responderam na ordem de 87%, no item apropriação de ideias sem crédito, responderam na ordem 75%, para mulheres pardas e pretas foram 12,5% e 25% respectivamente.

Durante o mandato, do total de mulheres que assinalaram a opção **comentários sobre aspectos pessoais e aparência, 59% foi de mulheres brancas e 35% de mulheres negras. Ao mesmo tempo, esse é o item que teve mais retorno para mulheres indígenas e quilombolas, quando considerada raça/ etnia das respondentes de cada tipo de violência relatada durante o mandato.**

A desqualificação profissional lidera os relatos de mulheres pretas e pardas durante o mandato, um tipo de violência que apresenta as taxas mais baixas entre as mulheres brancas em todos os três momentos (candidatura, campanha e mandato)

Os casos de desvio de recursos de campanhas de candidaturas femininas para as masculinas e de violência emocional são mais relatados por mulheres brancas durante as campanhas, do total de mulheres que indicaram essas alternativas, mulheres brancas responderam por 59% e 58%, respectivamente. Já as mulheres negras continuam sendo vítimas de desqualificação profissional durante as suas campanhas, do total respondentes que indicaram essa violência, mulheres negras aparecem com 54%, seguindo a observação feita durante os mandatos. Mulheres pardas e pretas também informaram em maior quantidade terem sido vítimas de exclusão dos debates nas campanhas, justamente a campanha da qual elas fazem parte, aparecendo como 52% das participantes que indicaram essa exclusão.

No período de candidatura, mulheres negras são vítimas de desvalorização no partido e a desqualificação profissional continua sendo uma constante para essas mulheres, um dos três tipos de violência mais sofridos por elas, quando considerado a raça/etnia das respondentes em cada violência relatadas durante a candidatura. A difamação completa o trio para mulheres negras, sendo que do total de mulheres que indicaram essa opção, mulheres negras respondem por 47% das respostas. Do total de participantes que indicaram violação de privacidade e dados, 67% das respostas são de mulheres brancas durante as candidaturas, a mesma porcentagem foi identificada no período da campanha e no mandato.

Um dos formatos mais comuns de violência política de gênero é o ataque em redes sociais, são vários os casos de mulheres que são expostas em redes sociais e que são ameaçadas, perseguidas ou linchadas por meio das redes. Esse espaço aparece como uma possibilidade para que algumas pessoas desmoralizem, desqualifiquem, condenem, desacreditam e julguem mulheres que estão, ou não, na política institucional. As respostas no formulário indicaram que mais de 10% das mulheres sofreram com ataques via redes sociais durante a campanha, desse total, 46% que sofreram durante a campanha são mulheres negras, um dos cinco tipos de violência mais registrados por pretas e pardas durante a campanha.

Violência emocional afeta 12% das mulheres durante o mandato e 8% durante a candidatura. Desse total, mais de 68% dos casos durante o mandato foram informados por mulheres brancas, sendo que violência emocional é um dos tipos menos relatados por mulheres pardas e pretas que responderam o formulário. **Violação de dados e privacidade são pouco relatados pelas mulheres durante a campanha, apenas 2%, e dentro desse todo, apenas 33,33% são casos envolvendo mulheres negras.**

Durante a campanha os relatos de violência que apresentam números de porcentagens próximas entre mulheres brancas e negras são as situações de difamação e desvalorização do trabalho no partido. Durante a campanha são: exclusão de debates e apropriação de ideias sem crédito. Durante o mandato são comentários sobre aspectos pessoais e aparências.

Em período de campanha, aumenta consideravelmente a porcentagem de mulheres pardas e pretas que sofreram com intimidações e ameaças, do total de mulheres que indicaram essa violência, mulheres negras responderam por 38% durante a candidatura, 35% nos mandatos e 44% durante a campanha. As mulheres brancas que responderam o formulário relataram uma diminuição nos episódios de ameaças e intimidações no período de campanha, quando comparado ao período total da candidatura, o número volta ao padrão quando está no mandato, **vale lembrar que as mulheres brancas que conquistam mandatos são a maioria.**

Inclusive, o baixo número de relatos de situações de violência por mulheres indígenas, quilombolas, pardas e pretas pode ser um sinalizador da pequena presença delas nos cargos para aos quais elas se candidataram e por todos os

obstáculos, maiores que para mulheres brancas, de ser atuante em espaços políticos no geral.

Ainda que o total de respondentes que informaram não ter passado por nenhuma situação de VPG seja uma minoria, em geral, menos de 10% das participantes que responderam ao bloco de VPG, desse total que responderam por essa alternativa, vale colocar aqui que, durante a candidatura, durante a campanha e durante o mandato, **mulheres pardas, pretas, indígenas e quilombolas são as que mais relatam não ter passado por nenhuma das situações de violência..** Uma explicação possível é o desconhecimento sobre os tipos de violência política de gênero, algo que já é identificado sem fazer um recorte específico. O fato do formulário partir de casos do cotidiano para coletar os dados e não deixar tão em aberto, já ajuda bastante. Porém, os dados aqui tratados são indicativos que muitas mulheres que estão fazendo política no Brasil ainda não têm a dimensão das diversas violências que as atingem nos partidos, nos mandatos e nas campanhas, elas sempre terão um história de violência política de gênero para contar. O que também pode ser lido na pesquisa, já que a maior parte mulheres participantes, em torno de 90%, informaram algum tipo de situação de violência enfrentada durante os três períodos referidos.

Referência Bibliográfica

BARBIERI, Gisele. et al. (coord.). *Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 31 de outubro de 2022*. 2. ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, Terra de Direitos, 2023

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ministério dos Povos Indígenas. Ministério da Igualdade Racial. Ministério das Mulheres. *Diagnóstico e propostas para o enfrentamento à violência política contra as mulheres no Brasil: relatório final do grupo de trabalho interministerial de enfrentamento à violência política contra as mulheres*. Brasília, 2024

CHAGAS, Viktor. et al. *Mapa da violência política de gênero em plataformas digitais*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2023

D'ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. 1. ed. Instituto E Se Fosse Você. Porto Alegre, 2021.

INSTITUTO ALZIRAS. *Monitor da Violência Política de Gênero e Raça (2021-2023)*. Rio de Janeiro, 2004

MATOS, Marlise (coord.). *Violência política contra mulheres em perspectiva interseccional*. Belo Horizonte: NEPEM/UFMG, 2004

Observatório de Violência Política contra a mulher. *Cartilha sobre violência política de gênero*. 2021.

Brasil. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 26 nov.2024.

Violência política contra mulheres: voz e poder. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/conexao-globonews/video/violencia-politica-contra-mulheres-voz-e-poder-13030178.ghtml>. Acesso em 29 out. 2024

Todas as Deputadas federais da história do país ocupariam apenas meio plenário da Câmara. Congresso em Foco, 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/reunidas-todas-as-deputadas-federais-da-historia-do-pais-ocupariam-apenas-meio-plenario/>. Acesso em: 30 out. 2024

Um século de lutas e conquistas. Gênero e Número, 2024. Disponível em: <https://www.generonumero.media/participacao-mulheres-politica/>. Acesso em 30 out. 2024

Sete das 27 Assembleias do país não oferecem licença-maternidade e sugerem até afastamento por 'doença'. O Globo. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/02/sete-das-27-assembleias-legisl>

[ativas-do-pais-nao-oferecem-licenca-maternidade-e-sugerem-ate-afastamento-por-doenca.ghtml](#). Acesso em: 30 out. 2024

Violência política de gênero nas eleições de 2024. Congresso em Foco, 2024.

Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/a-violencia-politica-de-genero-nas-eleicoes-de-2024/> Acesso em: 31 out. 2024.

Brasil teve apenas duas sentenças de condenação por violência política de gênero entre 2012 e 2023. Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1092061-brasil-teve-apenas-duas-sentencas-de-condenacao-por-violencia-politica-de-genero-entre-2012-e-2023/>. Acesso em: 31 out. 2024.

Defensoria Pública da União lança programa de combate à violência política de gênero. Tribunal Eleitoral Regional-RJ, 2024. Disponível em:

<https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Setembro/defensoria-publica-da-uniao-lanca-programa-de-combate-a-violencia-politica-de-genero-1>. Acesso em: 31 out. 2024

Violência política de gênero é tema de Audiência Pública. Rádio Senado, 2024.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/09/05/violencia-politica-de-genero-e-tema-de-audiencia-publica>. Acesso em: 31 out. 2024

Número de casos de violência política de gênero contra mulheres quase triplica em relação às eleições de 2020, O Globo. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/google/amp/politica/noticia/2024/08/08/numero-de-casos-de-violencia-politica-contra-mulheres-quase-triplica-em-relacao-as-eleicoes-de-2020.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2024

Protocolo pelo enfrentamento da violência política de gênero será assinado na terça (10/09). Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/eventos/protocolo-pelo-enfrentamento-da-violencia-politica-de-genero-sera-assinado-na-terca-10-09>. Acesso em: 31 out. 2024

“O Brasil é um país que odeia mulheres” diz Manuela d’Ávila. Agência Pública, 2024. Disponível em:

<https://apublica.org/2024/10/o-brasil-e-um-pais-que-odeia-as-mulheres-diz-manuela-d-avila/>. Acesso em: 05 nov.2024.

PF prende ex-deputado por crimes eleitorais e ofensas a colega. Poder 360, 2024. Disponível em :

<https://www.poder360.com.br/brasil/pf-prende-ex-deputado-por-crimes-eleitorais-e-ofensas-a-colega/>. Acesso em: 13 nov.2024

Suplente de vereadora, cantora trans Santrosa é assassinada no MT. Uol, 2024. Disponível em;

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/11/11/suplente-de-vereadora-cantora-trans-e-assassinada-de-forma-cruel-no-mato-grosso.htm>. Acesso em: 13 nov.2024